

CONVENÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS

- Convenção das Nações Unidas Contra Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas - Resolução nº71/IV/94, de 19 de Outubro
- Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional.- Resolução nº92/VI/2004, de 31 de Maio
- Convenção das Nações Unidas contra a corrupção, Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas - Resolução nº31/VII/2007, de 22 de Março

CONVENÇÕES ENTRE ESTADOS MEMBROS DA CPL

- Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal
- Convenção sobre Transferência de Pessoas Condenadas
- Convenção de extradição

INSTRUMENTOS BILATERAIS

- Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária, em matéria civil e penal, entre a República de Cabo Verde e a República de Portugal - Resolução nº98/VI/2004
- Acordo de Cooperação Judiciária entre a República de Cabo Verde e a República do Senegal - Decreto nº 7/2000, de 2 de maio.
- Convenção Sobre a Livre Circulação e Fixação de Pessoas e Bens entre a República de Cabo Verde e a República Do Senegal - Resolução nº151/V/99, de 28 de Dezembro
- Acordo de Cooperação no Domínio da luta Contra a Droga e branqueamento de capitais, assinado entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República do Senegal - Resolução nº138/V/99, de 15 de Novembro
- Acordo sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre a República de Cabo Verde e o Reino da Espanha - Resolução nº68/VII/2008, de 14 de abril
- Acordo sobre Extradicação entre a República de Cabo Verde e o Reino da Espanha Resolução nº69/VII/2008, de 14 de abril

Instrumentos Jurídicos Internacionais

- Acordo de auxílio judiciário Mútuo em matéria penal entre a República de Cabo Verde e o Reino da Espanha - Resolução n°70/VII/2008, de 14 de abril
- Acordo entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo de Estados Unidos da América Relativo à entrega de pessoas aos Tribunais Internacionais. Resolução n°111/VI/2004, de 15 de novembro.

ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

- Resolução n°23/VIII/2011, de 25 de Julho.

FORMAS DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL

- Lei n° 6/VIII/2011, de 29 de Agosto.

PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS

- Lei n°81/VI/2005, de 12 de Setembro.
- Decreto-regulamentar n°2/2006 de 13 de Fevereiro